



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de investimentos e fundador do Monitor do Mercado



Blusinhas são o novo aço

Medida foi tomada depois de players do setor colocarem a faca no pescoço do governo

De repente, as tarifas sobre a importação de roupas e bugigangas de até US\$ 50 viraram assunto obrigatório do noticiário econômico e das redes sociais. A aprovação do fim da isenção pela Câmara dos Deputados causou uma avalanche de especulações sobre seus efeitos.

As empresas mais afetadas se manifestaram. Shein e AliExpress chamaram a taxa de “retrocesso” e calcularam que seus produtos mais baratos pagarão uma alíquota de 44,5% de imposto. Jogo jogado.

Chamou a atenção a Shopee, também chinesa e com público

bem semelhante às outras duas, elogiar a medida. A empresa sacou da cartola um número chamativo: A cada 10 compras feita no Brasil em sua plataforma, 9 são de produtos nacionais.

Ironia: blusinhas e bugigangas que acreditávamos serem fabricadas a preços irrisórios na China estão, na verdade, sendo produzidos a preços irrisórios aqui mesmo.

As ações de varejistas nacionais do mundo da moda reagiram inicialmente bem. No dia seguinte à aprovação do projeto pela Câmara (e aqui resalto que ainda precisa passar pelo

Senado), ações da Lojas Renner (LREN3) tiveram alta de 1,29%; e as da C&A, (CEAB3) subiram 5,25%.

O movimento pontual das ações não consegue maquiagem o cenário terrível que foi o mês de maio para ambas. No acumulado do mês, os papéis caíram 14% (Renner) e 12% (C&A). O Ibovespa, principal medida da nossa Bolsa, caiu 2,9% no período.

Esse tipo de euforia imediata com o aumento de tarifas sobre concorrentes chineses lembra o caso das siderúrgicas. Completou-se um mês desde que o governo Lula elevou a tarifa

para importação do aço chinês para 25%.

A medida foi tomada depois de players do setor colocarem a faca no pescoço do governo (faça sobre isso aqui) ameaçando retirar seu apoio político, muitas vezes traduzido em doações polpudas, às vésperas de eleições municipais.

O imposto veio, mas não me parece que tenha destravado valor das empresas nacionais. Desde 22 de abril, às vésperas do aumento de tarifas, as ações da Usiminas (USIM5) despencaram mais de 22%; as da CSN (CSNA3) caíram mais de 11%; e as da Gerdau (GGBR3) perderam mais de 5% do valor.

A fim de comparação, o Ibovespa caiu pouco mais de 2,5% no período.

Veja bem, não estou aqui discutindo o quanto as novas taxa-

ções podem ajudar o governo a fechar as contas, nem se são justas ou injustas para com a indústria nacional. Apenas chamo a atenção para os parcos efeitos sobre o valor das empresas ao sufocar a concorrência com tarifas.

O nosso varejo sofre. E continuará sofrendo enquanto persistirem as taxas de juros astronômicas, usadas como método de controle de uma inflação duradoura. Não há remédio para ele que não seja o aumento do poder de compra das famílias. Espanantar concorrentes estrangeiros é mais espuma do que chope.

Quanto à indústria, os efeitos dos juros são a falta de dinheiro para investir em crescimento. O setor está sufocado e vai buscar culpados aqui ou na China. Os resultados estão na mesa, com pistas que não podem ser ignoradas.

É hora da sua empresa focar no RECOMEÇO.

Solicite o

Pronampe Solidário RS

no Banrisul e comece a pagar depois de um ano.



Saiba mais em banrisul.com.br/reconstruir

SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200



Definição sobre continuidade da operação de Candiota 3 ocorrerá até meados de julho

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A termelétrica a carvão Candiota 3 corre contra o tempo para confirmar a manutenção da sua atividade já que seu contrato de fornecimento de energia termina em 31 de dezembro de 2024. A expectativa do presidente da Associação Brasileira do Carvão Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, é que antes do recesso do Congresso Nacional, que ocorrerá na segunda metade de julho, seja possível ter uma sinalização de uma solução para prorrogar a operação da usina gaúcha.

O dirigente espera que até a parada dos parlamentares seja estabelecido o marco regulatório de transição energética justa que possibilite a manutenção do atual parque termelétrico a carvão nacional pelos próximos anos. No caso da térmica do município de Candiota, o complexo tem capacidade instalada de 350 MW (o que corresponde a cerca de 9% da demanda de energia do Rio Grande do Sul) e no ano passado foi vendido pela Eletrobras

para o grupo Âmbar Energia por R\$ 72 milhões.

Sobre os impactos que representam os empreendimentos carboníferos ao meio ambiente, Zancan admite que é necessário ter como meta reduzir as emissões de CO₂. No entanto, o presidente da ABCS (antiga Associação Brasileira de Carvão Mineral - ABCM) frisa que é possível adotar tecnologias, como a de captura de carbono, para resolver essa questão. “Transição energética não é substituir o carvão é transformá-lo com emissões neutras”, defende o dirigente.

Zancan sustenta que, evitando a emissão de CO₂, não seria preciso abandonar o uso do mineral. Sobre a questão do que seria melhor, a geração de energia carbonífera ou a sua substituição pela fonte nuclear, o dirigente ressalta que é preciso analisar os custos das duas tecnologias e os benefícios para a cadeia econômica em geral, como a criação de emprego e renda. “No caso do carvão, vai ter a mina, a usina, a cimenteira (que usa subprodutos da atividade), que é o que tem em Candiota hoje”, reforça o representante da ABCS.

Ele salienta que o carvão é um ativo econômico importante para o Rio Grande do Sul (que concentra quase 90% das reservas brasileiras do mineral). Zancan acrescenta que o setor deve

realizar neste ano ainda um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no valor de R\$ 5,5 milhões, para estudar um processo de captura de CO₂ com a combustão de carvão e biomassas

(matéria orgânica) no Estado. Zancan enfatiza que a iniciativa faz parte da ideia de promover um novo olhar sobre as práticas de mineração e aproveitamento do carvão.



TATIANA GAPPMEYER/DIVULGAÇÃO/JC

Com capacidade instalada de 350 MW, termelétrica tem contrato válido até dezembro deste ano